

A construção do Programa de Atendimento Pedagógico Remoto do curso de Licenciatura em Música de uma universidade pública no Paraná: desafios, propostas e perspectivas no ensino remoto emergencial

Comunicação

Tiago Madalozzo

Universidade Estadual do Paraná - campus de Curitiba II

tiago.madalozzo@unespar.edu.br

Resumo: Neste relato de experiência apresenta-se o processo de estruturação do Programa de Atendimento Pedagógico Remoto do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *campus* de Curitiba II. Entende-se que tal programa foi construído tendo por base o diálogo entre estudantes e professores em um período de exceção, com aulas em modo remoto de forma contrária à natureza do curso em seu Projeto Pedagógico, caracterizando um modo de ensino remoto emergencial (HODGES, 2020). O objetivo deste relato de experiência é analisar pedagogicamente as ações de construção e avaliação do Programa, por meio da observação de diretrizes administrativas e pedagógicas que orientam a formação em licenciatura, especialmente aquelas relacionadas às especificidades do atendimento em modo remoto. Ao longo do relato, descreve-se os desafios da configuração de uma situação de exceção no ensino e a proposta de construção do Programa baseada no diálogo dentro e fora do Colegiado de curso. Em seguida, aponta-se perspectivas para a continuidade do atendimento. Ao final, aponta-se implicações para a educação musical em nível superior, considerando que o estudo deste caso pode contribuir para a reflexão sobre a importância do diálogo e da avaliação na estruturação de propostas válidas para a formação superior em Música no modo remoto.

Palavras-chave: Ensino superior; Licenciatura em Música; Ensino remoto emergencial.

Introdução

O tema deste relato de experiência é a estruturação do Programa de Atendimento Pedagógico Remoto do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *campus* de Curitiba II (Faculdade de Artes do Paraná). A partir da definição de “ensino remoto emergencial” proposta por Hodges (2020), caracteriza-se o caso com a análise do contexto em que se insere: um curso de formação superior de natureza presencial que, em

função do estado de exceção caracterizado pela suspensão de atividades presenciais, mas não do calendário letivo da instituição, manteve suas atividades acadêmicas desde o início do ano letivo.

O objetivo é caracterizar tal contexto por meio da análise de diretrizes administrativas e pedagógicas por órgãos superiores de ensino público e da própria Unespar, para então descrever e analisar pedagogicamente as ações realizadas para a construção e avaliação do Programa de Atendimento Pedagógico Remoto¹. O texto é subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, com análise de documentos oficiais do curso e de legislação.

Parte-se da análise de um período inicial de adaptação de conteúdos do modo presencial para o remoto para a definição do modo de ensino remoto emergencial, entendendo-se que se trata de um caso de interesse para outros contextos de formação superior e seus programas de atendimento remoto.

O texto é iniciado com a descrição dos desafios da nova configuração do curso a partir da situação de exceção. Continua com o relato da estruturação do Programa de Atendimento, realizada com ênfase no diálogo entre estudantes e docentes. Finaliza com o apontamento de perspectivas futuras e implicações.

Desafios: a nova configuração de uma situação de exceção

O semestre letivo da Unespar iniciou presencialmente em 27 de fevereiro com o evento “Recepção de Estudantes”, reunindo estudantes e ações de vários cursos do campus². O início do calendário letivo com aulas se deu em 09 de março, em modo presencial.

¹ Tiago Madalozzo é presidente do Núcleo Docente Estruturante e membro do Colegiado do curso de Licenciatura em Música da Unespar - campus de Curitiba II, tendo atuado na construção e nos encaminhamentos do Programa desde o mês de maio de 2020.

² O Curso de Licenciatura em Música foi representado em sessões de apresentação dos professores aos estudantes e nas “Rodas de Conversa sobre Estágio Supervisionado” em diferentes campos. A programação da “Calourada 2020”, com ações de todos os cursos do campus, foi publicada em <http://fap.curitiba2.unespar.edu.br/noticias/confira-a-programacao-do-estudantes-calourada-2020-recepcao-aos-estudantes-do-campus>.

Entretanto, ainda no dia 28 de fevereiro a Reitoria havia publicado a Circular 001/2020³, antecipando informações e práticas sobre o Covid-19, tendo como foco a precaução quanto a dados equivocados sobre a doença e o preparo da infraestrutura necessária para práticas de higiene.

Dado o avanço da doença segundo dados divulgados pela mídia, já em 15 de março a Direção de Campus havia se adiantado à Reitoria, emitindo um Comunicado⁴ em que se mostrou favorável à adoção de medidas de prevenção e de combate à propagação do vírus. No dia seguinte, apenas uma semana após o início das aulas, em Resolução publicada pela Reitoria⁵, ficaram suspensas as atividades acadêmicas presenciais, com o objetivo de se manter o isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, mas sem a suspensão do calendário acadêmico, que se manteve vigente.

Deste modo, iniciou-se um período de exceção na condução das atividades acadêmicas, com conteúdos sendo ministrados por meio de recursos digitais e devidamente registrados em Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEAs). Segundo a citada Resolução, os registros comprovariam os conteúdos ministrados pelos docentes, de forma a não ser necessária a reposição das atividades não presenciais.

Foi deste modo que o ano letivo do curso teve apenas uma semana de atividades acadêmicas presenciais, iniciando em seguida um primeiro momento de adaptação de conteúdos e estratégias de ensino para o modo remoto, em ambiente virtual. No final daquele mês, o Memorando nº. 22/2020 da Pró-reitoria de Ensino de Graduação da Unespar⁶ esclareceu que a opção pelo desenvolvimento de atividades remotas ficaria sob a decisão de cada colegiado de Curso e docente. No caso do curso, a adaptação ao modo remoto se deu inicialmente com a grande maioria das disciplinas das quatro séries.

³ A Circular foi publicada em <http://fap.curitiba2.unespar.edu.br/noticias/circular-001-2020-2013-informacoes-sobre-o-coronavirus>.

⁴ O Comunicado foi publicado em <http://fap.curitiba2.unespar.edu.br/noticias/comunicado-da-direcao-do-campus>.

⁵ Acesso à Resolução: http://unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/reitoria/resolucoes/2020/resolucao-001-2020-suspende-aulas-e-atividades-covid-19-1.pdf.

⁶ Memorando publicado em <http://www.unespar.edu.br/noticias/prograd-publica-novas-orientacoes-para-realizacao-de-atividades-online/memorando-atividades-remotas.pdf>.

Sobre isso, a Deliberação nº. 01/2020 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, em seu Artigo 4º., define “Atividades escolares não presenciais” como

aquelas utilizadas pelo professor da turma ou do componente curricular para a interação com o estudante por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, *quizzes*, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, *chats*, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas e outras assemelhadas (PARANÁ, 2020, p. 13-14).

Já na Indicação dos Relatores da Deliberação, que antecede o documento, fica claro que “a oferta de atividades não presenciais autorizada no período de regime especial (...) não significa credenciamento de instituição de ensino ou autorização, pelo Sistema Estadual de Ensino, para a oferta da modalidade Educação a Distância” (PARANÁ, 2020, p. 10). Na Unespar, utilizou-se expressões como “trabalho remoto”, “teletrabalho” ou ainda “atividades em modo remoto” para descrever a transposição daquelas originalmente presenciais, como consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música (PROJETO, 2017).

Ao longo das semanas seguintes foram discutidos, no âmbito do Colegiado, questões como a necessidade de uma consulta aos estudantes para levantar informações sobre os dados de acesso *online* e de equipamentos, e também a solicitação do corpo discente de que os professores por reduzissem a diversidade de recursos digitais utilizados nas disciplinas.

No dia 14 de abril, em reunião do Colegiado, além da representação discente junto ao Colegiado, foram convocados os representantes das quatro turmas, sendo aberto espaço para divulgação das impressões de cada grupo sobre o andamento do atendimento remoto. Foram levantados pontos como a sobrecarga de trabalhos, o uso de múltiplas plataformas e recursos, as dificuldades com a administração da rotina escolar, os problemas de acesso tecnológico, e o questionamento da qualidade pedagógica das atividades realizadas em ambiente remoto. No mesmo encontro, uma das docentes do Colegiado apresentou o trabalho que vinha sendo realizado pelo Comitê de Apoio às Pessoas em Situação de Risco Social Durante a Pandemia de Covid-19 do campus, com ações⁷ à época agrupadas em três

⁷ No momento da escrita deste relato, as ações englobam, para além do apoio material e do pedagógico/tecnológico, o apoio emocional, o apoio pedagógico para a educação inclusiva, as ações “Compartilhamento Artístico e Afetivo na Rede” e “Corona vai nossa Arte fica”, e um programa de *lives* intitulado “Direitos Humanos em Rede”, disponíveis em <http://fap.curitiba2.unespar.edu.br/assuntos/cedh>.

modos: o apoio psicológico, o apoio material e o apoio pedagógico (UNIVERSIDADE, 2020). Destaca-se que a ação de apoio material teve por objetivo, desde esta época, fornecer meios tecnológicos, como o empréstimo de equipamentos eletrônicos, para permitir o acesso dos estudantes às aulas (encontros síncronos) e demais conteúdo assíncrono (tarefas, vídeos, textos etc.) produzidos pelos professores⁸.

Já no dia 07 de maio, três reuniões do Colegiado depois, foram analisados os pedidos de duas séries de estudantes do curso, solicitando em um caso a diminuição do número de disciplinas ofertadas em função do acúmulo de atividades acadêmicas, e em outro, a suspensão completa de atividades para aquela série. Nesta ocasião, o Colegiado deliberou pela suspensão das atividades acadêmicas no curso pelo prazo de duas semanas, tendo sido a primeira para consulta aos estudantes, e a segunda, para construção das bases de um novo tipo de atendimento remoto a ser oferecido a partir da retomada das aulas, ressignificando a abordagem de ensino e aprendizagem em vigência até então.

É deste modo que ocorreu a primeira etapa do ano letivo, tendo sido cumpridas uma semana de aulas em modo presencial e oito semanas com a adaptação dos conteúdos e práticas do modo presencial para o remoto, em que boa parte dos docentes optou por configurar atividades síncronas (videoconferências) e solicitar tarefas com envio de arquivos ou uso de outros recursos como preenchimento de formulários ou publicação de comentários em fóruns, de maneira semelhante ao que era feito no modo presencial. Destaca-se a manifestação dos estudantes junto aos professores do curso, relatando dificuldades de acesso à rotina e à tecnologia exigidas para as aulas em modo remoto, e preocupação com a qualidade do ensino.

⁸ Além disso, cabe destacar que como parte da ação pedagógica se inseriu um Comitê Pedagógico, em uma frente de tecnologia, uma frente de estudo de legislação, e uma de discussões didático-pedagógicas, que teve por objetivo oferecer aos Colegiados sugestões para a organização didática das disciplinas por meio das ferramentas e recursos digitais.

Propostas: a construção baseada no diálogo

A decisão do Colegiado baseou-se fundamentalmente no diálogo com os estudantes, razão pela qual foram agendados encontros *online* dos professores com todos os estudantes de cada uma das quatro séries do curso. Nestas reuniões, o grupo de professores das turmas, liderado por representantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Colegiado, abriu espaço para fala de cada um dos estudantes, e depois, dos docentes, para se discutir possibilidades de abordagem. Foram registrados, entre os aspectos mencionados pelos estudantes: a falta de estrutura psicológica para suportar o trabalho e a disciplina de estudo no modo remoto; as dificuldades financeiras e de trabalho dado o período de isolamento social; a inviabilidade de realização de atividades “práticas” de uma série de disciplinas no modo remoto, levando à dificuldade de aprendizado de tais conteúdos – considerando que o curso tem natureza presencial; a falta de *feedback* avaliativo dos professores sobre as atividades enviadas para a plataforma virtual; o acúmulo de atividades simultâneas; e a perda de qualidade no aprendizado individual, em detrimento do coletivo e colaborativo. Ao final, em meio à discussão coletiva, foi sugerido pelas próprias turmas um modelo em que os estudantes pudessem concentrar seus esforços em poucas disciplinas por vez, sem acúmulo de atividades propostas pelos docentes, e com prazo flexível para envio de atividades nas plataformas virtuais. Foi desde modo que emergiu uma estruturação pedagógica em ciclos modulares para oferta das disciplinas.

Na semana seguinte, os professores do Colegiado reuniram-se em encontros de planejamento de ações que pautariam um novo modelo de atendimento pedagógico, considerando-se, portanto, a passagem de uma adaptação ou transposição do modo presencial ao remoto, a um “ensino remoto emergencial”.

Para Hodges (2020), o cenário trazido pela suspensão das atividades presenciais nas universidades em todo o mundo resultou em um processo estressante para os professores, improvisando soluções rápidas sob circunstâncias aquém das ideais. É para superar este modelo que o autor cunha o termo “ensino remoto emergencial”, em contraste com uma educação *online* que caracterizaria a estrutura de cursos no formato EaD (Ensino à Distância),

ou seja, com experiências que são planejadas e desenhadas desde o começo para ocorrer exclusivamente *online*.

O ensino remoto emergencial caracteriza uma alternativa temporária no modo de instrução que envolve o uso de soluções de ensino remoto que seriam originalmente presenciais ou híbridas, e para as quais retornará após o final do momento de crise. Por isso, o objetivo em tais circunstâncias não é o de recriar um sistema educacional consistente, mas sim prover um plano de instrução que seja rápido de ser estabelecido, e que esteja disponível de forma segura e confiável durante o tempo de exceção. Por isso mesmo, o autor argumenta que o planejamento educacional em situação de crise requer soluções criativas para os problemas encontrados (HODGES et al, 2020).

É nesta perspectiva que se desenhou o Programa de Atendimento Pedagógico Remoto do curso de Licenciatura em Música, definido como

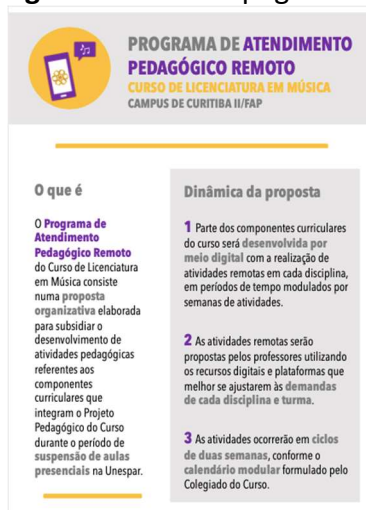
uma proposta organizativa elaborada para subsidiar o desenvolvimento de atividades pedagógicas referentes aos componentes curriculares que integram o Projeto Pedagógico do Curso durante o período de suspensão de aulas presenciais na Unespar (PROGRAMA, 2020, p. 1).

Fica claro, de acordo com a definição proposta por Hodges, que o Programa teve um processo de planejamento, mas que ao mesmo tempo aconteceu em resposta à crise alavancada pela suspensão das atividades presenciais: não se trata de um modelo para o Ensino à Distância. O Programa foi planejado em três principais eixos: 1) o desenvolvimento dos componentes curriculares em meio digital, com atividades remotas; 2) a utilização de recursos digitais e plataformas adequadas à realidade de cada disciplina e turma; e 3) a distribuição das disciplinas em períodos de tempo modulados, com cada “módulo” correspondendo a duas semanas de aulas⁹, de modo a cumprir toda a carga horária possível neste tempo.

⁹ É importante frisar que as disciplinas não foram divididas, cada uma delas, em módulos agrupando unidades de conteúdos; se trata de uma alternância de disciplinas em ciclos modulares, de modo que o estudante curse um número menor de disciplinas simultâneas por vez. A média de disciplinas simultâneas no modo presencial é de dez por semestre nos cinco primeiros semestres do curso; já no Programa, em alguns casos, a média caiu para três disciplinas por ciclo modular.

Em um Informativo sobre o Programa encaminhado a todos os estudantes e aos docentes atuantes no curso, ficou expresso que as disciplinas de cada módulo teriam atividades síncronas (com encontros virtuais em horário fixado) e assíncronas (podendo ser desenvolvidas em qualquer horário). Do ponto de vista de registro de carga horária, no Informativo lê-se que ao final de cada ciclo modular os professores estimariam o percentual da carga horária da disciplina cumprido de forma remota, convertendo as atividades em horas/aula para fins de registro (PROGRAMA, 2020, p. 2). O Informativo foi completado com duas páginas de “Perguntas e respostas”.

Figura 1: Primeira página do Informativo



Fonte: PROGRAMA, 2020, p. 1.

Ao final da semana de reestruturação, o Programa foi apresentado às turmas como uma proposta de amparo pedagógico a estudantes e professores; da mesma forma, foi construído em diálogo de estudantes e professores com respaldo pelas determinações institucionais (PROGRAMA, 2020, p. 3). Em outras palavras: foi uma construção baseada no diálogo.

O sistema incluiu três ciclos modulares, que foram ofertados entre 25 de maio e 05 de julho. Após a finalização da primeira edição do Programa, houve uma semana de avaliação conduzida pelo NDE do curso, em consulta aos estudantes e aos docentes. Foram apontados como pontos positivos: o aumento da adesão de estudantes em relação ao período anterior (de simples adaptação do modo presencial); o bom rendimento das turmas em atividades de

discussão de texto e de cunho teórico-musical (dois campos em que se supunha que haveria maior dificuldade); e a maior presença dos professores junto aos estudantes utilizando meios como grupos de WhatsApp para um diálogo próximo. Por outro lado, como pontos a serem repensados destacaram-se a dificuldade de alguns dos estudantes e professores com a desenvoltura na interpretação musical instrumental ou vocal frente aos equipamentos eletrônicos (câmeras etc.); a importância de se estabelecer prazos mais elásticos para a entrega de tarefas; e a necessidade de se discutir melhor a avaliação das atividades remotas (deslocando-se o foco na avaliação somativa para a processual).

Como principal produto deste modelo de ensino remoto emergencial, tem-se um Programa com elementos definidores construídos de forma colaborativa pelos docentes em diálogo com os estudantes: 1) alternância de atividades síncronas (videoconferências), assíncronas (videoaulas, textos, tutoriais), e propostas de atividades entregues via AVEAs; 2) uso de menos aulas síncronas e mais produção de conteúdo assíncrono, possibilitando o acompanhamento de estudantes sem uma delimitação tão grande de horários fixos para as atividades acadêmicas; 3) uso de propostas interdisciplinares, com atividades feitas sob orientação de dois professores, e válidas para duas disciplinas, diminuindo a carga de trabalho; 4) proposta de atividades colaborativas, em equipe, em lugar de trabalhos individuais; 5) fio condutor do trabalho em torno de conteúdos trabalhados, e não de carga horária cumprida; e 6) registro das atividades via AVEAs, para fins de comprovação da carga horária completada. Todas estas balizas foram apresentadas pelo NDE ao Colegiado, e basearam a organização de duas outras edições do Programa.

A segunda ocorreu durante o mês de agosto, com duas alterações a partir de diálogos estabelecidos entre os professores e estudantes. Houve novas reuniões com as turmas, em que ficou evidente que a redução de atividades síncronas havia levado ao acúmulo de atividades assíncronas; os estudantes afirmaram preferir o aumento da carga horária síncrona, com a realização de atividades durante as aulas. Os estudantes relataram ainda que, para um novo semestre letivo, poderia ser mais produtivo que as disciplinas ocupassem um período superior a duas semanas, de forma a haver mais tempo para a assimilação dos conteúdos.

Tendo em vista que o objetivo da segunda edição do Programa seria finalizar a carga horária das disciplinas do primeiro semestre letivo, foi discutido e elaborado um calendário com dois ciclos modulares, planejando-se a finalização do cumprimento da carga horária do primeiro semestre letivo de 2020, ao mesmo tempo em que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unespar publicou novas normas de fechamento e registro de disciplinas no Sistema de Gestão do Ensino Superior¹⁰.

Perspectivas: novos ciclos e avaliações se iniciam

Sobre o ensino remoto emergencial, Hodges admite que a estruturação desta forma de ensino pode causar transtornos aos estudantes, agentes e professores, de modo que ela pode não ser prioridade para todas as partes envolvidas no processo. Este é um dos motivos pelos quais o autor afirma que, para ser acessível aos estudantes, o ensino precisa considerar a realização de atividades assíncronas para além dos encontros em videoconferências (HODGES et al, 2020).

Entendemos que há outras questões, que levam ao assunto da “prioridade” mencionada: é preciso considerar também a natureza de algumas das disciplinas do curso. A partir do mês de maio, ainda antes do período de vigência do Programa, disciplinas como as Estágio Supervisionado, de Canto Coral, de Prática de Conjunto instrumental, e aquelas ligadas a tecnologia, não se mostraram totalmente adaptáveis à realidade do ensino remoto. Há empecilhos pedagógicos¹¹ que impossibilitam a sua continuidade ao longo do ano letivo.

De todo modo, a grande maioria das disciplinas do segundo semestre letivo foi incluída na terceira edição do Programa de Atendimento, agora englobando todo o segundo semestre letivo de 2020. Com base nas solicitações e sugestões de professores e estudantes

¹⁰ A Resolução nº. 22/2020 do CEPE/Unespar está disponível em http://unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2020/resolucao-022-2020-aprova-os-procedimentos-para-avaliacoes-e-fechamento-dos-bimestres-de-forma-excepcional.pdf.

¹¹ No caso dos estágios curriculares, há problemas desde a oferta de campos de estágio para atuação dos estudantes com regência de aulas; no canto coral e nas práticas instrumentais em grupo, não se pode trabalhar com a execução musical síncrona em tempo real; e nas disciplinas de tecnologia, mesmo o apoio material oferecido pelo campus e pela universidade em programas de empréstimo de equipamentos, não inclui a oferta de programas de computador necessários para o trabalho.

em encontros *online* periódicos, um novo ciclo modular iniciou-se no dia 31 de agosto, com a extensão de seis semanas de aulas (ao invés de duas, como foi no início do Programa). Após uma semana de recesso no calendário, está previsto um segundo ciclo modular, até uma semana antes do final do ano letivo estipulado em calendário. Por fim, estrutura-se um terceiro ciclo modular para os primeiros meses de 2021, ainda em referência ao segundo semestre letivo de 2020, para alocação de todas as disciplinas.

Em meio à reorganização de um semestre que inicia com um Programa já mais bem estruturado, oferta-se disciplinas optativas, com o desafio de encaixá-las de modo a oportunizar a matrícula de estudantes das quatro séries, incluindo atividades síncronas em horários que não entrem em choque com os das demais disciplinas obrigatórias. Oferta-se ainda uma disciplina de Estágio Supervisionado em ambientes não-formais de ensino de música¹² e uma disciplina de Canto Coral, lançando mão de outros recursos e plataformas para permitir a execução ao menos de áudio, senão de vídeo, de maneira síncrona. Por este motivo é que a mesma lógica de planejamento permanece: a construção baseada no diálogo, de maneira colaborativa – seja entre universidade e Colegiado, professores e estudantes, conteúdo programático e novos recursos digitais disponíveis.

Considerações finais

Neste texto apresentamos um relato dos desafios impostos pela situação de exceção que caracteriza o ano letivo de 2020 no ensino superior, observando propostas que foram sendo construídas ao longo de cada novo passo dado pelo diálogo entre as partes envolvidas neste processo. Às perspectivas de institucionalização de propostas e normas contrapõem-se novos desafios, em um ciclo que se retroalimenta.

Alguns destes novos desafios são: a oferta de disciplinas optativas no curso, mesmo com impasses de horário; a oferta de disciplinas como Estágio Supervisionado e Canto Coral,

¹² As atividades de estágio supervisionado em modo remoto excepcional foram regulamentadas pela Unespar com base em deliberações de órgãos federais e estaduais, na Resolução nº. 024/2020 - CEPE/Unespar, de 18 de agosto, acessível no link http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2020/resolucao-024-2020-procedimentos-para-o-estagio-supervisionado-e-atividades-praticas-de-forma-remota.pdf.

em propostas viáveis frente ao cenário atual; a proposição de projetos de extensão universitária em ações que estiveram suspensas durante o primeiro semestre letivo enquanto o Colegiado planejava com urgência os rumos das atividades de ensino do curso; ainda paralelamente à oferta de disciplinas do segundo semestre letivo, a estruturação de planos de reposição de atividades¹³ do primeiro semestre letivo para os estudantes que não cumpriram a totalidade do conteúdo das disciplinas; o constante desafio da avaliação em tempo remoto, com um olhar a ser deslocado da simples aferição conceitual ou da “presença” em aula para a formativa e processual; e a aposta no retorno ao modo presencial, mesmo que de forma gradual, para possibilitar a oferta de disciplinas de cunho prático.

O que se torna evidente com a experiência de organização de um semestre com praticamente a totalidade das atividades realizadas em modo remoto *online*, é de que se trata de uma construção sobre bases incertas e controversas, definidas por mudanças de rumo a cada quinzena de atividades, obrigando a uma reavaliação constante, a todo tempo, o que tem sido feito em constantes reuniões com os estudantes, criando espaços de diálogo.

Hodges argumenta que o desenvolvimento completo de um projeto de ensino remoto emergencial pode levar meses para ser feito de forma apropriada. Por isso, a necessidade de “ir logo” para o modo *online* é uma contradição ao tempo e ao esforço normalmente dedicados a desenvolver um curso de qualidade (HODGES et al, 2020), o que é exatamente o caso aqui relatado: enquanto as atividades no modo remoto precisaram ser continuadas ao mesmo tempo em que as bases do Programa eram construídas, foi apenas o diálogo entre estudantes, professores, instituição de ensino e órgãos de gestão superior que permitiu a realização de um plano de qualidade.

Em suma, consideramos neste relato as etapas pedagógicas de passagem de um modo de adaptação simples, para um modo remoto planejado e coerente. Entendemos que

¹³ Está em vigor uma proposta de reposição de atividades não realizadas pelos estudantes no primeiro semestre de 2020, em planos de atividades organizados pelos professores em grupo de estudantes, a ser realizado paralelamente às disciplinas do segundo semestre letivo. A proposta foi normatizada por meio da Resolução nº. 027/2020 - CEPE/Unespar, de 20 de agosto. Acesso ao documento pelo link http://www.unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2020/resolucao-027-2020-reposicao-para-os-estudantes-cujas-turmas-tiveram-atividades-curriculares-e-nao-participaram-no-primeiro-semester.pdf.

o Programa de Atendimento Pedagógico Remoto é um caso de “ensino remoto emergencial” por estar situado em um contexto de exceção à normalidade do ensino presencial que caracteriza a definição do curso em seu Projeto Pedagógico, em função do período de isolamento social e de suspensão de atividades acadêmicas presenciais que, à altura da escrita deste relato, tem a duração de mais de cinco meses completos. Fica evidente que órgãos federais e estaduais, assim como a própria Unespar, também se valem da estratégia de planejamento emergencial, já que o contexto muda de forma constante e exige reavaliações logísticas e pedagógicas. É deste modo que as considerações de Hodges, examinadas a partir da análise de documentos oficiais da instituição e do curso, parecem fazer sentido na avaliação dos rumos de um curso de Licenciatura.

Entendemos que a estruturação de um modo de ensino remoto emergencial no contexto de um curso de natureza presencial, a fim de preencher o momento de exceção, traz grande contribuição para se pensar no quanto um processo de ensino/aprendizagem precisa estar atrelado ao diálogo e à reavaliação constante de cada passo, de maneira colaborativa a partir de constante troca de informação entre as partes, e com foco no futuro.

Referências

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, mar. 2020. Disponível em: <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>>. Acesso em: 01 set. 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/CP N.º 01/20, aprovado em 31/03/2020. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo Novo Coronavírus – COVID-19 e outras providências. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_01_20.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO REMOTO. Curso de Licenciatura em Música. Campus de Curitiba II/FAP. 1 arquivo (PDF). Colegiado do Curso de Licenciatura em Música: Curitiba, 2020.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA. Campus de Curitiba II. Unespar. Colegiado do Curso de Licenciatura em Música: Curitiba, 2017. Disponível em: <http://fap.curitiba2.unespar.edu.br/assuntos/graduacao/PPCLM2017_parasite.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Campus de Curitiba II. Colegiado de Licenciatura em Música. *Ata da reunião 10/2020 (ordinária) do Colegiado de Licenciatura em Música do campus Curitiba II (FAP) da Universidade Estadual do Paraná*, realizada no dia 14 de abril de 2020.